

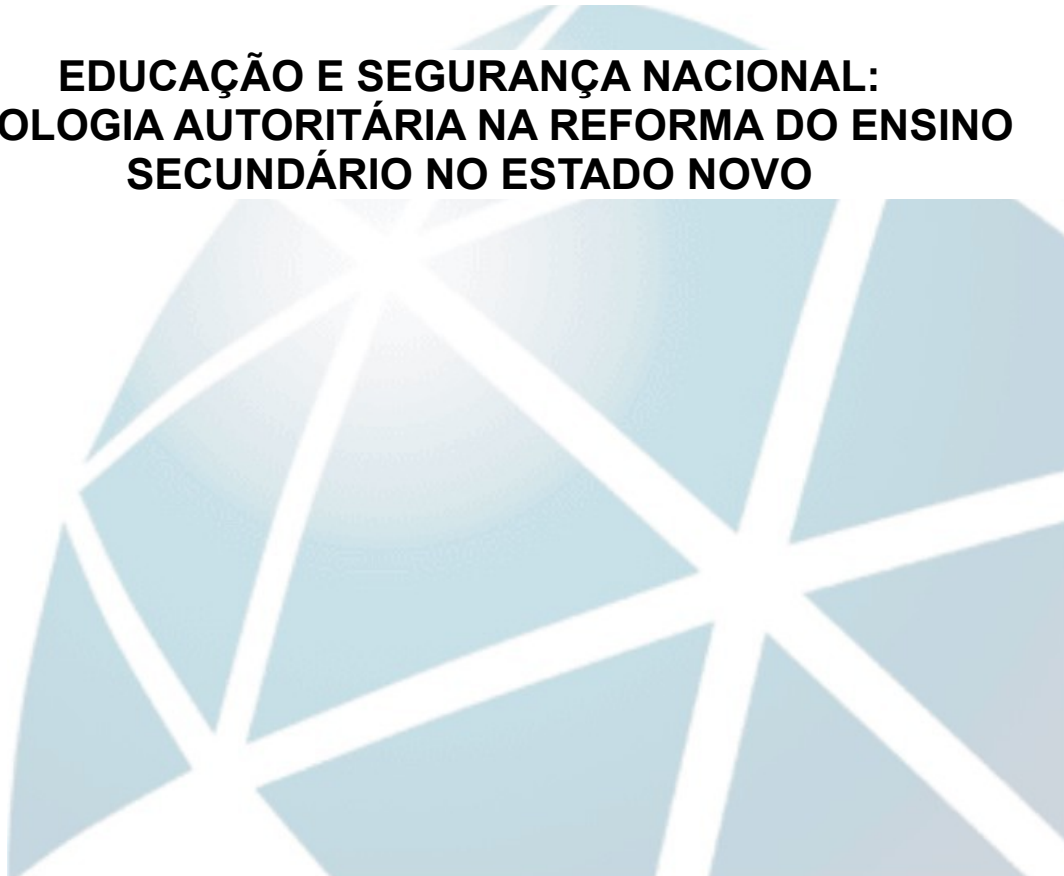
---

**LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

---

**CAMILA NUNES MENDONÇA**

**EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL:  
IDEOLOGIA AUTORITÁRIA NA REFORMA DO ENSINO  
SECUNDÁRIO NO ESTADO NOVO**



Rio Claro  
2016

CAMILA NUNES MENDONÇA

EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL: IDEOLOGIA AUTORITÁRIA NA  
REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO ESTADO NOVO

Orientador: Prof.Dr. Jorge Luís Mialhe

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Biociências da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -  
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de  
Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro

373 Mendonça, Camila Nunes  
M539e Educação e Segurança Nacional : ideologia autoritária na  
reforma do ensino secundário no Estado Novo / Camila Nunes  
Mendonça. - Rio Claro, 2016  
43 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)  
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de  
Rio Claro

Orientador: Jorge Luís Mialhe

1. Ensino médio. 2. Canto orfeônico. 3. Militares. 4.  
Igreja Católica. 5. Gustavo Capanema. 6. Getúlio Vargas. I.  
Título.

Sus, brasileiro!  
Avante! Erguida fronte varonil,  
dá a alma, o sangue, a vida, tudo pelo Brasil.

Música de Heitor Villa Lobos.

## RESUMO

No Brasil, com o golpe de estado de 1937, iniciou-se um período ditatorial conhecido como Estado Novo. Nesta nova conjuntura política imposta no país, ocorreram intervenções do estado em diversos setores da sociedade. No âmbito educacional foi promulgada a Reforma do Ensino Secundário decretada por Gustavo Capanema, então responsável pelo Ministério da Educação e Saúde durante o Estado Novo. A pesquisa buscou compreender a ideologia que permeava esta reforma educacional, evidenciando qual o ideal de sociedade se pretendia alcançar e a função destinada a educação para a formação dos cidadãos em um regime ditatorial. Serão analisadas as influências externas e os motivos que culminaram com a exaltação do patriotismo e a presença militar na educação. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi bibliográfica.

Palavras-chave: Estado Novo; Ensino Secundário; Segurança Nacional; Ideologia.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
<b>1 CONTEXTO HISTÓRICO: A DITADURA DE GETÚLIO DE 1930 A 1945.....</b>	<b>7</b>
1.1 Revolução de 1930: O Governo Provisório.....	7
1.2 O golpe na democracia: O Estado Novo.....	12
<b>2 AS REFORMAS EDUCATIVAS NA DÉCADA DE 1930.....</b>	<b>16</b>
2.1. Antecedentes: o Movimento dos Reformadores da Escola Nova no Brasil.....	16
2.2. Educação na Era Vargas: Reformas de Francisco Campos.....	18
2.3. Constituições de 1934-1937.....	21
2.4 O Ministro e as estrelas de seu ministério.....	24
2.5 A Reforma do Ensino Secundário: Educação a serviço da ditadura.....	26
2.6 Educando corpos e mentes e construindo a nação: Canto orfeônico, educação moral e cívica e educação física.....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
REFERÊNCIAS.....	38

## INTRODUÇÃO

A década de 30 foi um período de grande efervescência política no Brasil. A sucessão presidencial no início desta década culminou com o Golpe de Estado e a imposição de um novo regime, que determinou o início da Era Vargas (1937-1945). Neste período Getúlio Vargas governou o país por quinze anos contínuos. Desta forma, com o fim da política café-com-leite e a decadência dos grupos oligárquicos entrava em ascensão um regime político centralizador e autoritário.

No âmbito econômico, a nova conjuntura foi marcada pela alteração do sistema de agroexportação para investimento em sistema urbano industrial. Na esfera social, na primeira etapa do governo de Vargas (1930-1937) ocorreram algumas reformas trabalhistas e mudanças no sistema eleitoral, neste período também foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Com o golpe de Estado em 1937, iniciou-se um período ditatorial, o regime político alterou substancialmente vários setores da sociedade, e segundo Pandolfi (1999, p.9)

Poucas fases da história do Brasil produziram um legado tão extenso e duradouro como o Estado Novo. Em função das transformações ocorridas no país, o período tornou-se referência obrigatória quando se trata de refletir sobre as estruturas, atores e instituições presentes no Brasil de hoje.

Com a nova conjuntura política imposta no país, o regime buscou mecanismos para intervir em diversos setores da sociedade, inclusive na esfera educacional. Esta pesquisa busca justamente analisar as intervenções no âmbito educacional através das reformas educacionais, mais precisamente a Reforma do Ensino Secundário. A reforma educacional em questão refere-se à lei orgânica do Ensino Secundário, promulgada em nove de abril de 1942 durante o período do Estado Novo (1937-1945). Esta reforma foi elaborada pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e vigorou até a aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Segundo Schwartman (2000), de todas as áreas do plano educacional, a reforma do ensino secundário seria aquela em que o ministério de Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura, assim como sugere Bomeny (1999,p.138)

A reforma do ensino secundário foi outro ponto de honra do ministério, e suas linhas mestras ilustram a matriz que vencia na definição do que e como ensinar à juventude em um momento crucial de sua formação como futuros profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada. Confrontavam-se neste momento posições distintas a respeito do teor que se devia imprimir à formação dos jovens cidadãos. Educação humanista versus educação técnica; ensino generalizante e clássico versus ensino profissionalizante são pares de oposição (falsa oposição?) que até hoje permanecem como desafios à reforma do ensino secundário.

A investigação é pautada pela busca de compreender a ideologia autoritária presente na Reforma do Ensino Secundário, analisando de que forma o Estado utilizou-se da educação como instrumento para propagação desta ideologia, objetivando concretizar o projeto de nacionalização da sociedade brasileira.

Para tanto, este trabalho foi dividido em duas partes; na primeira, a contextualização geral sobre a Era Vargas, iniciando com a Revolução de 30 e com uma ênfase maior no período do Estado Novo, período em que ocorre o recorte histórico central do trabalho. A segunda parte é composta de uma breve análise sobre o Movimento da Escola Nova no Brasil, fato que antecedeu as reformas na década de 1930. Em seguida, são contextualizadas as reformas educacionais promulgadas no início da década de 1930, que são as bases das reformas que ocorreram no Estado Novo. O estudo sobre os textos Constitucionais de 1934 e 1937 foi de suma importância pra analisar as lutas ideológicas do período. Na última seção, é analisa a reforma do ensino secundário e a ideologia autoritária presente na reforma com intento para o vínculo estabelecido entre as questões educacionais e de segurança nacional.



## 1 CONTEXTO HISTÓRICO: A DITADURA DE GETÚLIO DE 1930 A 1945

O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução dentro da órbita legal. A maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderia ser feita em um regime que predominasse o interesse das conveniências políticas e das injunções partidárias.

Getúlio Vargas

### 1.1 Revolução de 1930: O Governo Provisório

Para analisar a Reforma do Ensino Secundário outorgada por Gustavo Capanema em 1942, é imprescindível compreender o contexto histórico da década de 1930. No Brasil, o período de 1930 a 1945 é conhecido como a Era Vargas, que corresponde aos quinze anos em que Getúlio Vargas permaneceu como chefe de Estado na presidência da República. Neste período o Brasil passou por profundas transformações econômicas e políticas, o país até então basicamente agrário-exportador foi se tornando uma nação urbana e industrial. No âmbito político, a Era Vargas foi norteadada por uma forte concepção centralizadora e autoritária.

No fim da década de 20, iniciou-se um novo processo para a sucessão presidencial. Naquele período estava em vigor uma aliança entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, conhecida como política do café-com-leite. Nesta aliança representantes desses dois estados se revezavam no poder na presidência da República, no entanto, em 1929, o então presidente do Estado de São Paulo Washington Luís indicou como seu sucessor Júlio Prestes, representante de São Paulo como ele, com isso rompia-se o acordo entre os dois estados. A divergência política possibilitou abertura para novas disputas, e, nesta conjuntura com apoio mineiro e da Aliança Liberal<sup>1</sup> e dos tenentistas<sup>2</sup>, cujo objetivo principal era derrubar o governo, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas.

Para Ferreira (2006), Vargas foi um personagem ímpar da história do Brasil, nasceu na cidade de São Borja, localizada no estado do Rio Grande do Sul e, em sua carreira política, foi deputado federal em 1924, ministro da fazenda no governo

---

<sup>1</sup> Aliança Liberal foi uma coligação formada em 1929 pelos líderes políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas.

<sup>2</sup> Movimento formado por oficiais insatisfeitos com as condições do Exército e com a política, sendo a maioria tenentes, o movimento recebeu o nome de tenentismo.

de Washington Luís, em 1926; retornou para o Rio Grande do Sul em 1928 como governador, antes de concorrer para as eleições em 1930.

O historiador Hélio Silva, responsável pela monumental série “O ciclo de Vargas”, narra, através de dezesseis volumes, a história republicana do Brasil. Para o referido historiador, Vargas era mestre do “despistamento”, sendo difícil “preverem os seus golpes e se defenderem de suas manobras escusas” (SILVA, 2005, p. 29). No entanto, Silva apresenta também uma outra faceta do político.

Mas havia um outro Vargas para o povo, que acreditava nele, como acreditava ainda, para quem se tornou o pai, o *protetor*, espécie de santo sem altar, como se viu em seu cortejo fúnebre, quando uma multidão incontável desfilou, horas a fio, para olhar, pela última vez, a face do amigo.

A ambiguidade no perfil político de Vargas é assim também analisada por Fausto (2006, p. 12):

Em torno de sua personalidade e de sua ação política, ergueram-se um culto e uma repulsa. O culto foi tecido com a imagem do homem que esteve à frente das transformações econômicas e sociais, como um nacionalista que resistiu aos trustes estrangeiros, como primeiro estadista a vir em socorro dos “humildes”, implantando no país uma legislação trabalhista. A repulsa batia em teclas pessoais - a frieza, o caráter dissimulado - e em traços negativos do homem público, entre eles o autoritarismo, que atingiu sua forma plena no Estado Novo, e a manipulação assistencialista dos trabalhadores.

O jornalista e escritor Lira Neto, autor de recente biografia, editada em três volumes, sobre Getúlio Vargas, explica a divisão por períodos de cada volume de sua obra, que correspondem também a divisão que didaticamente se faz quando se estuda sobre a Era Vargas: “Compreendendo que não faz nenhum sentido decompor e conceber a trajetória política e pessoal de Getúlio em tempos estanques, como se houvesse, digamos três “Getúlios” distintos, um “revolucionário”, um “ditador” e um “democrata” (LIRA NETO 2012, p. 529). O jornalista ainda pontua que, embora ambivalente e contraditório, Getúlio foi um só. Ambivalente por ser um político populista, centralizador e autoritário; e contraditório em suas alianças políticas.

Nas eleições de março de 1930, Getúlio Vargas foi derrotado pelo candidato paulista Júlio Prestes, contudo, segundo Silva (2008), uma parte significativa da oposição não acatou os resultados legais e iniciaram-se algumas articulações

objetivando um levante armado. Foram sete meses de tensão política que resultaram na derrubada de Washington Luís que, segundo Silva (2008, p.37),

Na articulação do levante, alinharam-se e destacaram-se jovens políticos, entre os quais: Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Virgílio de Melo Franco, Maurício Cardoso e Francisco Campos, os quais pretendiam, além de derrubar o governo, reformular o sistema político vigente. Das hostes do tenentismo vieram Juarez Távora, João Alberto e Miguel Costa, com a meta particular de introduzir reformas sociais e centralizar o poder. Por fim, completavam o grupo, dissidentes da velha oligarquia como Arthur Bernardes, Venceslau Brás, Afrânio de Melo Franco, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e João Pessoa, entre outros, que viam no movimento um meio de aumentar seu poder pessoal.

A Revolução de 1930, segundo Lamounier (1999), alterou substancialmente o modo de operação do sistema político brasileiro. A partir de então o excessivo regionalismo do período da República Velha ficaria no passado, o que representou a decadência dos grupos oligárquicos. Para Carone (1998): “a revolução de 30 é a quebra de um sistema de domínio baseado, em primeiro lugar, na existência dos poderes locais e estaduais dos fazendeiros; em segundo lugar, na preponderância dos grandes Estados (São Paulo-Minas) sobre os pequenos” (CARONE, 1988, p.144).

Um das primeiras medidas de Vargas ao assumir o Governo Provisório foi a dissolução do Congresso e dos Legislativos estaduais e municipais até que uma nova assembleia constituinte fosse eleita. Segundo Fausto (2006), uma característica marcante de Vargas desde o início de seu governo foi a centralização do poder. Outra medida que ocorreu no início do Governo Provisório foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde Pública, ambos instituídos em novembro de 1930. O ministério da Educação e Saúde Pública será analisado no segundo capítulo desta pesquisa.

Segundo Fausto (1995) a Igreja Católica foi uma base importante de apoio do governo de Vargas “a igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas”. (FAUSTO 1995, p.333)

Com o golpe de 1930, a Constituição de 1891 foi anulada. As medidas centralizadoras do Governo Provisório desagradaram as elites paulistas tradicionais

vinculadas ao Partido Republicano Paulista (PRP). A insatisfação com a Revolução de 1930 e a exigência de uma carta magna que regesse a legislação do país, que vinha sendo adiada por Vargas, foi o estopim que deu início a Revolução Constitucionalista de 1932. Após quase três meses de confronto, os militares constitucionalistas foram derrotados. No entanto, embora os revolucionários tenham perdido, no aspecto político o movimento foi vencedor, pois, com o término do conflito, o governo federal determinou eleições para uma Assembleia Constituinte, que promulgou a Constituição de 1934.

O texto Constitucional de 1934, no que se refere às políticas sociais do Ministério do Trabalho sob a supervisão de Lindolfo Collor, criou a carteira de trabalho, regulou o horário de trabalho na empresa e no comércio, estabeleceu novas modalidades para a concessão de férias, bem como regulamentou o trabalho das mulheres e dos menores. Carone (1988) esclarece que as medidas em benefício dos trabalhadores durante o Governo Provisório são justificadas como meios para impedir que tais reivindicações fossem exigidas através da luta armada, sendo esta a única saída encontrada para lutar por direitos.

Com a criação da Justiça Eleitoral, pela primeira vez na história do Brasil foi concedido o direito do voto feminino, assim como a instituição do voto secreto e a redução do limite de idade do eleitor, de vinte e um anos para dezoito anos. A Constituição estabeleceu a primeira eleição após sua promulgação, realizada indiretamente através dos votos dos membros da Assembleia. Em julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito com grande maioria dos votos.

Em 1935 foi promulgada a lei de Segurança Nacional<sup>3</sup>, que determinava os crimes contra a ordem social e política, tendo como finalidade principal uma legislação para os crimes contra a segurança do Estado, a partir de então, segundo Carone (1988, p. 253),

---

<sup>3</sup> De acordo com Heleno Fragoso, "Em 4 de abril de 1935, foi sancionada a primeira Lei de Segurança, definindo crimes contra a ordem política e social, a Lei nº 38. Essa lei inaugurou o critério, que até hoje se mantém, de deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado, o que sempre se fez para submeter tais crimes a um regime especial de maior rigor, com o abandono de garantias processuais. Outros crimes políticos foram definidos pela Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935, sancionada logo após a revolta comunista de novembro daquele ano. Para o processo e julgamento dos crimes políticos foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional (Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936) disciplinado, depois do golpe de 1937, que inaugurou a ditadura do Estado Novo, por diversos decretos-leis (nº 88, de 20 de dezembro de 1937; nº 428, de 16 de maio de 1938; nº 774, de 8 de junho de 1938). Foi essa uma de nossas mais terríveis e monstruosas experiências judiciárias.". VBO. Lei de Segurança Nacional. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV,2001. p.3058

as restrições políticas aumentam cada vez mais, a liberdade torna-se cada vez mais diminuta; a revolução comunista de novembro de 1935 é o pretexto último, que permite a permanente decretação do estado de guerra em pleno regime de paz.

A Constituição de 1934 durou pouco, apenas três anos. No calendário eleitoral, as próximas eleições ocorreriam em 1938, Getúlio Vargas não poderia concorrer as eleições, desta forma, começou a articular um novo Golpe, assim, em 10 de novembro de 1937, com apoio das Forças Armadas e do Exército, foi imposta uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da justiça Francisco Campos. Campos foi um personagem importante também nas Reformas Educacionais na década de 1930, como será abordado no próximo capítulo.

Para compreender a nova conjuntura política do Brasil é necessário analisar a política externa, segundo Fausto (1995, p.353)

A partir do fim da Primeira Guerra mundial, os movimentos e idéias totalitários e autoritários começaram a ganhar força na Europa. Em 1922, Mussolini assumiu o poder na Itália; Stálin foi construindo seu poder absoluto na União Soviética; o nazismo tornou vitorioso na Alemanha, em 1933. A crise mundial concorreu também para o desprestígio da democracia liberal. Esse regime estava associado no plano econômico ao capitalismo. O capitalismo que prometera igualdade de oportunidades e abundância caíra em buraco negro, do qual parecia ser incapaz de livrar-se. Em vez de uma vida melhor, trouxera empobrecimento, desemprego, desesperança. Os ideólogos autoritários ou totalitários consideravam a democracia liberal, com seus partidos e suas lutas políticas aparentemente inúteis, um regime incapaz de encontrar soluções para a crise. A época do capitalismo e da liberal-democracia parecia pertencer ao passado.

No período entre 1930 e 1945, ocorreu no Brasil o fortalecimento das Forças Armadas especialmente do Exército. Segundo Fausto (1995) após a Revolução Constitucionalista se consolidaria um grupo de militares leais a Getúlio, de todos os militares envolvidos destacam-se as figuras de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. “Os dois monopolizaram os principais cargos militares após 1937” (FAUSTO, 1995, p.358).

Na década de 1930, um movimento expressivo que “nasceu” logo após a Revolução Constitucionalista foi a Ação Integralista do Brasil – AIB, fundada por Plínio Salgado e alguns intelectuais. O movimento inspirado no fascismo baseava-se em temas conservadores, como a família, Igreja Católica, as tradições do país, e possuía uma forte tendência autoritária. O movimento atraiu número significativos de seguidores, segundo Fausto (1995) utilizou rituais e símbolos, “o culto da

personalidade do chefe Nacional, as cerimônias de adesão, os desfiles dos camisas-verdes, ostentando braçadeiras com a letra grega sigma utilizada na matemática com símbolo do integral” (FAUSTO, 1995, p 356).

Em 1937 a AIB lançou Plínio Salgado como candidato a presidência da república, no entanto, a eleição não se realizou em virtude do golpe de Estado. A partir de 1937 com o Estado Novo o movimento perdeu sua força.

O período de 1937 a 1945, Estado Novo, também denominado como ditadura Getulina por Ribeiro (1988), corresponde ao período em que Getúlio Vargas permaneceu no poder após o golpe de estado de 1937. A Constituição de 1937 e o novo regime serão analisados na próxima seção.

## **1.2 O golpe na democracia: O Estado Novo**

Nesta nova conjuntura política, o principal esboço da carta constitucional de 1937, que esclarece os princípios do regime, segundo Carone (1988), é de autoria de Francisco de Campos, ministro da justiça durante o Estado Novo. O historiador evidencia que, segundo um levantamento da época, a Constituição, salvo pequenas exceções, é baseada em constituições estrangeiras, onde imperavam regimes de força, como Polônia, Alemanha, Itália, Portugal, Lituânia e Áustria. No entanto, as influências de incorporações estrangeiras na Constituição de 1937 não possuíam um aspecto coercitivo, porém se baseavam na possibilidade de restringir a liberdade e introduzir experiências fascistas.

O golpe de 10 de novembro foi a concretização do desejo, há muito tempo evidente, de Vargas, de permanecer no cargo além do prazo legal, que deveria expirar em 1938. Desde 1935 vinha ele manobrando seus adversários para colocá-los em posição de poder desacreditá-los ou reprimi-los, ao mesmo tempo em que cultivando cuidadosamente o apoio de grupos de poder solidamente estabelecidos, tais com fazendeiros de café e militares superiores. Para apaziguar os fazendeiros, por exemplo, Vargas havia em outubro de 1937, reduzido o teto dos preços do café brasileiro num esforço para incrementar as vendas no exterior e melhorar a receita cambial (SKIDMORE 1982, p.50).

Segundo Fausto (2006), Getúlio Vargas foi o único civil a chefiar no Brasil um regime ditatorial, muito embora as Forças Armadas e principalmente Exército tivessem um papel decisivo na sustentação do regime. Nesta perspectiva, o perfil político do Estado Novo é assim analisado por Goulart (1990, p.6):

Ideologicamente, o Estado Novo adotava uma postura antiliberal, nacionalista e centralizadora. O autoritarismo foi, portanto, a vertente ideológica que inculcou no país os princípios da primazia do Estado, da obediência à hierarquia e da passividade política da sociedade, situando-se o novo regime como herdeiro dessa tradição. O nacionalismo, fruto de uma consciência da dependência em relação ao exterior, pregava a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à “realidade brasileira” e a utilização de recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado.

Sendo assim, com a imposição do Estado Novo, segundo Pandolfi (1999), o Congresso foi dissolvido, os partidos políticos extintos, e uma violenta repressão policial instalou-se por toda parte e, com uma forte inclinação centralizadora, o regime concentrou a maior soma de poderes de toda a história do Brasil independente, assim, segundo Carone (1988, p.164),

A bandeira brasileira é símbolo de União, e a união significa subordinação. Estados e Municípios aparecem presos, legal e de fato, às estruturas do governo federal e isto leva interventores e prefeitos a uma situação de servilismo diante do poder autoritário. Ninguém tem programa, ninguém tem vontade pessoal, indicado ou nomeado é simplesmente pessoa de confiança dos homens ou do chefe do Estado. O decreto de 8 abril de 1939 regulariza a situação entre o governo federal e os Estados e Municípios. Mesmo assim, antes e depois, o que se faz é obedecer e seguir obedecendo.

Para legitimar esta política centralizadora, durante o Estado Novo foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, a entidade tinha a função de exercer o controle da comunicação social e difundir o projeto político-ideológico do Estado. Segundo Goulart (1990), o rádio foi um veículo de importância significativa, pois fazia chegar às zonas rurais o projeto do Estado, minimizando assim as diferenças regionais e disseminando a ideologia do regime autoritário. Para Fausto (1995) o DIP estava diretamente subordinado ao presidente da República e além do rádio incluiu, o cinema, teatro e a imprensa “proibiu a entrada no país de publicações “nocivas aos interesses brasileiros”, agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país” (FAUSTO,1995,p.376)

Segundo Carone, Getúlio pôde exercer durante o Estado Novo “o poder de falar sozinho”, o único evidentemente que possuía liberdade para se pronunciar publicamente sem nenhuma oposição e ninguém para contestar-lhe. Desta forma, “o governo usa de todos os meios para se expressar e para impor sua imagem” (CARONE 1988, p.170). Ainda segundo o referido historiador, durante o Estado

Novo a censura aos jornais é total: “não se vislumbrando o mínimo sinal de notícias que possam sugerir ideias ou fatos contraditórios ao governo” (CARONE 1988, p. 170).

Segundo Fausto (1995) o governo estadonovista perseguiu, torturou e exilou intelectuais, principalmente os “de esquerda e alguns liberais”. No entanto, o governo não adotou ações indiscriminadas de perseguições.

Em relação a política econômica-financeira, durante o Estado Novo, a partir de novembro de 1937 o Estado optou por uma política de substituição das importações pela produção interna, estabelecendo assim uma indústria de base, a política de substituição foi realizada sem um planejamento geral, mas considerando cada setor em específico.

No âmbito da política externa, o governo brasileiro negociava com que lhe oferecesse melhores condições, em 1935 celebrou tratado com os Estados Unidos e, no ano seguinte, com a Alemanha nazista. Segundo Fausto (1995), a Alemanha participou ativamente do comércio exterior com o Brasil, tornando-se a principal compradora do algodão brasileiro e o segundo maior mercado comprador de café. Alguns fatores afetaram negativamente o comércio com a Alemanha, apesar da “afinidade ideológica” (FAUSTO, 1995, p.381). A eclosão da Segunda Guerra Mundial, foi determinante para os rumos da política externa, com a “entrada dos Estados Unidos na Guerra, em dezembro de 1941, forçou uma definição de Vargas que apoiou os Estados Unidos em troca do “reequipamento econômico e militar no Brasil” (FAUSTO,1995, p.382)

Através das políticas trabalhistas, Vargas buscou criar a imagem de protetor dos trabalhadores. Fausto (1995, p.375);

A construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma pelo recurso a várias cerimônias e ao emprego intensivo dos meios de comunicação. Dentre as cerimônias, destacam-se as comemorações de 1º de maio, realizadas a partir de 1939 no estádio do Vasco da Gama, em São Januário – o maior estádio do Rio de Janeiro na época. Somente em 1944 as comemorações se deslocaram para o Pacaembu, em São Paulo. Nesses encontros, que reuniam grande massa de operários e o povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com o famoso “Trabalhadores do Brasil” e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social.



Segundo Fausto (1995) durante o Estado Novo os sindicatos dos trabalhadores, tornaram-se ainda mais dependentes do Governo, através de um decreto-lei em 1940 foi estabelecido o salário-mínimo, o valor foi divergente em cada região considerando as peculiaridades regionais.

O Estado Novo foi um regime modernizador e autoritário, neste contexto no próximo capítulo serão analisadas as reformas educacionais que ocorreram no início da década de 1930.

## 2 AS REFORMAS EDUCATIVAS NA DÉCADA DE 1930

O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.68).

### 2.1. Antecedentes: o Movimento dos Reformadores da Escola Nova no Brasil

Para uma melhor compreensão das reformas educacionais ocorridas durante a década de 1930, é fundamental compreender os “caminhos” traçados pela educação na década anterior, que certamente influenciaram e marcaram o período em questão. Durante a década de 20, não havia no Brasil uma política nacional de educação, existiam somente sistemas estaduais que não se articulavam com um sistema central. No entanto, foi um período de grandes iniciativas em prol da educação. Um dos movimentos mais significativos ficou conhecido como Escola Nova e pode ser definido como um movimento de renovação pedagógica, ou seja, novas ideias e teorias foram difundidas com muita intensidade, especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. No Brasil, os educadores que lideraram o movimento escolanovista foram Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Manuel Lourenço Filho e Francisco Campos, personagens importantes também nas reformas educacionais durante a década de 1930.

Segundo Cambi (1999, p. 513), o movimento da Escola Nova realizou uma “reviravolta radical na educação” ao colocar a criança no centro do processo educativo. Para Schwartezman, Bomeny e Costa (2000), a grande bandeira defendida pelos adeptos do escolanovismo era a escola pública, universal, gratuita e a busca por métodos mais criativos e significativos de aprendizagem, distanciando-se, assim, da simples transmissão de conhecimentos e dos métodos tradicionais de ensino.

Uma das grandes influências para os educadores brasileiros foram as contribuições do filósofo americano John Dewey. Segundo Cambi (1999), Dewey foi o maior pedagogo do século XX e seus pensamentos pedagógicos foram difundidos no mundo inteiro. O responsável por publicar a primeira tradução de dois ensaios de Dewey para a língua portuguesa foi Anísio Teixeira, que foi seu aluno na Universidade de Columbia. Dewey defendia o princípio de que as crianças

aprendem com mais eficácia realizando tarefas relacionadas aos conteúdos, *learn by doing*, ou seja, aprender fazendo, método em que a prática, o “fazer”, é considerado o aspecto central no processo educativo. Cambi (1999) analisa a contribuição de Dewey sobre a seguinte perspectiva:

A escola, para Dewey, não pode permanecer alheia a essa profunda transformação da sociedade, mas deve ligar-se intimamente ao “progresso social”, mudando radicalmente sua sociedade “embrionária”, mediante um contato mais estreito com o ambiente e com a realidade social do trabalho. Assim, na escola, deverão ser construídos laboratórios de vários tipos que conjuguem as atividades escolares com as produtivas, como a tecelagem e a carpintaria e com as atividades familiares, como cozinhar, que podem introduzir no âmbito escolar motivações mais concretas para o aprendizado das várias matérias e uma consciência precisa de sua utilidade (CAMBI, 1999, p. 550).

Inspirados pelo movimento da Escola Nova, em 1932 foi divulgado no Brasil o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi um projeto de reconstrução e laicização educacional no Brasil. O documento foi redigido por Fernando Azevedo e assinado por 26 intelectuais. Segundo Romanelli (1986), as principais reivindicações presentes no Manifesto foram a laicidade no ensino, a gratuidade e a obrigatoriedade do Estado de assumir a função educadora. Sobre o Manifesto, Romanelli (1986, p. 147) esclarece:

O Manifesto sugere em que deva consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação, e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa a ser assegurado a todas as camadas sociais, se a escola for gratuita. Por outro lado, necessidade de colocar “o ambiente escolar acima das seitas, disputas religiosas, de dogmatismo” e de excluir do mesmo “qualquer influência perturbadora à personalidade do educando”, impõe-se que seja leigo o ensino, na escola pública.

Desta forma, Romanelli (1986) afirma que a Igreja Católica, que até então exercia certo monopólio sobre o ensino médio, sentiu-se ameaçada com as reivindicações presentes no Manifesto. Saviani (2010, p. 257) argumenta, ainda, que no início da década de 1930 “a principal bandeira de luta dos católicos na frente educacional foi o combate à laicização do ensino”. Sobre o documento, Saviani (2010) acredita que, além da defesa dos ideais da Escola Nova, estava evidente a defesa da escola pública e a proposta de um sistema educacional que articulasse desde a educação infantil até o ensino universitário.

Sendo assim, as propostas presentes no movimento renovador da Escola Nova contrariavam os princípios morais da Igreja Católica e ameaçavam o monopólio que a Igreja obtinha no âmbito educacional. Em 1930, com o novo Ministério de Educação e Saúde Pública, têm-se as propostas do primeiro ministro da educação – Francisco Campos – e a aliança entre a Igreja Católica e educação, que serão objetos de análise das próximas seções.

## **2.2. Educação na Era Vargas: Reformas de Francisco Campos**

A década de 1930 foi, sem dúvidas, um “divisor de águas” na história da educação brasileira. A partir de então, pela primeira vez haveria um Ministério responsável pela esfera educacional e um sistema nacional de educação pública seria finalmente organizado. Nesta nova conjuntura, a educação passaria a ter um papel muito importante no projeto de nacionalização da sociedade brasileira. Desta forma, assim que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório em 1930, uma de suas primeiras medidas de governo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e o responsável pela nova pasta foi Francisco Campos.

Ao assumir o Ministério de Educação e Saúde Pública na esfera federal, Francisco Campos deixa Gustavo Capanema em seu antigo cargo na Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), Francisco Campos foi o mentor político e intelectual de Gustavo Capanema. Estes dois intelectuais nasceram no estado de Minas Gerais e formaram-se em direito pela Faculdade Livre de Direito em Belo Horizonte, porém, em épocas distintas. O contato inicial entre os dois ocorre em meio à criação da Legião de Outubro<sup>4</sup> liderada por Campos.

---

<sup>4</sup> De acordo com Vera Calicchio, tratava-se de uma “Organização política, também chamada Legião Revolucionária, articulada pelos “tenentes” participantes da Revolução de 1930 logo após a vitória do movimento. Sob a inspiração de Osvaldo Aranha, ministro da Justiça de Vargas, e a liderança de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Nacionais, Miguel Costa, João Alberto Lins de Barros e Juarez Távora, todos ocupando cargos oficiais no Governo Provisório, visava a “dar conteúdo, organização e unidade aos princípios da Revolução de Outubro”. Tendo como centro de irradiação o Distrito Federal, possuiu núcleos em diferentes estados. Desarticulou-se progressivamente, não chegando a sobreviver à Revolução de 1932 (...) Alegando ser a mais autêntica expressão dos ideais revolucionários, a Legião de Outubro tentou, ao contrário do que afirmara inicialmente, sobrepor-se aos partidos políticos regionais, constituindo uma agremiação única e exclusiva que se chamaria Partido Nacional Revolucionário. Essa tentativa de alcançar uma mobilização política a nível nacional resultou na organização de vários núcleos estaduais. De fato, quase todos os estados tiveram suas legiões, seguindo basicamente o modelo paulista e mineiro. Tanto a Legião Revolucionária de São Paulo, organizada com o apoio de Miguel Costa e do

Durante sua a gestão à frente do Ministério, Campos decretou as seguintes reformas em âmbito nacional:

1. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior o Brasil e adota o regime universitário;
2. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
3. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
4. Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931: restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
5. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
6. Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Sobre as reformas, Romanelli (1986) afirma que o sistema educacional nunca antes havia sido organizado à base de um sistema nacional. Anteriormente o que se tinha eram sistemas estaduais que não se articulavam com o sistema central, distantes, dessa forma, de uma política nacional de educação. A autora ainda pontua que o ensino secundário se resumia a cursos preparatórios de caráter propedêutico.

Para Romanelli (1986), é inegável que a Reforma Francisco Campos teve o aspecto positivo de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo o currículo seriado, a frequência obrigatória e organizado em dois ciclos: um fundamental e outro complementar, o primeiro com duração de cinco anos e o segundo com duração de dois anos. Além do mais, equiparou os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II. Contudo, Romanelli (1986) afirma que o ensino secundário possuía um caráter elitista, pois o currículo era muito vasto e enciclopédico em uma sociedade onde a maioria das pessoas moravam na zona

---

interventor João Alberto, como a Legião Liberal Mineira, liderada por Francisco Campos, a despeito de sensíveis diferenças, foram implantadas com vigor. Por outro lado, a própria instalação das legiões estaduais opôs os jovens revolucionários aos velhos líderes políticos, receosos de que a radicalização do processo revolucionário viesse a ameaçar suas sólidas lideranças nos estados. Em Minas, por exemplo, instalou-se uma luta aberta entre a legião e o antigo Partido Republicano Mineiro (PRM), chefiado por Artur Bernardes". Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV,2001. p.3048-3049

rural. Romanelli (1986) ainda pontua que os cursos profissionalizantes não se articulavam com o ensino secundário e, desta forma, não permitiam acesso ao ensino superior, pois somente através do ensino secundário era possível ingressar no superior.

Com a Reforma, o canto orfeônico passou a ser matéria obrigatória no currículo do Ensino Secundário – foi o início do projeto de nacionalização da sociedade brasileira, através da música executada nos orfeões escolares. Segundo Parada (2009) O compositor Heitor Villa-Lobos foi o grande nome da música orfeônica, que foi amplamente utilizada também no Estado Novo como um instrumento para propagação do civismo nas escolas.

Sobre as reformas de Campos, Saviani (2010) destaca aquela que se refere à inserção do Ensino Religioso nas escolas, fato inédito na história da República, pois, segundo o autor, Campos atendeu insistentes reivindicações da Igreja Católica. Saviani (2010) questiona o fato de um adepto do escolanovismo, no momento em que está à frente de um cargo de autoridade máxima na esfera educacional, fazer concessões em benefício da Igreja Católica. Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) esclarecem os interesses de ambas as partes nesta aliança:

A Igreja não era o único setor organizado da sociedade pretendendo se utilizar da educação como meio para atingir fins muito mais amplos, ligados a um projeto mais ou menos explícito de construção de um Estado Nacional forte e bem constituído. Também as forças armadas viam na educação um caminho indispensável para um projeto nacional de longo alcance, e pelo qual se sentia responsável. Entre os dois, havia ainda um projeto inspirado essencialmente na ascensão do fascismo europeu, e que tinha como principal meta a unificação da força moral da Igreja com a força física dos militares, em um grande projeto de mobilização nacional. Ainda aqui, a educação jogava um papel central (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 79).

Saviani (2010) e Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) abordam a questão do pacto com a Igreja Católica sobre a mesma perspectiva. A aliança tinha a finalidade de doutrinação, ou seja, disseminar, por meio da educação, uma ideologia sustentada pela moral da Igreja Católica. Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) ainda sugerem que há evidências de que o fato de Gustavo Capanema ter assumido o Ministério de Educação e Saúde em 1934 fazia parte do acordo selado entre Campos e a Igreja Católica durante o Governo Provisório de Vargas. Ainda sobre o pacto com a Igreja Católica, Saviani (2010) aponta outro fator que justifica a aliança:

Por outro lado, a aliança com a Igreja Católica compreende-se também pelo fato de que Francisco Campos vinha alinhando-se com o pensamento autoritário na esteira das elaborações de Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. Tal tendência estava em expansão, encontrando guarida nos líderes intelectuais católicos, entre os “tenentes” e nos positivistas históricos do Rio Grande do Sul. O próprio Getúlio Vargas chegou a afirmar, ainda quando no governo gaúcho, que sua diretriz governamental se assemelhava “ao direito corporativo ou organização das classes promovidas pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa” (FAUSTO, 1981) (SAVIANI, 2010, p. 197).

Segundo Horta (1994), ao transferir para Igreja Católica a responsabilidade de formação moral dos cidadãos, Francisco Campos não estava apenas atendendo as exigências dos educadores católicos, mas buscando, através desta aliança, reforçar a disciplina e a autoridade. Saviani (2010, p. 268) ainda ressalta que Francisco Campos, anos mais tarde, se firmaria como “um dos mais importantes ideólogos da direita brasileira”, assim como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. A concretização de Campos como grande ideólogo ocorreria na elaboração da Constituição de 1937, quando assume o Ministério da Justiça durante o Estado Novo. Francisco Campos permaneceu à frente do Ministério da Educação e Saúde até setembro de 1932. Ao pedir exoneração após desentender-se com Oswaldo Aranha, foi substituído por Washington Pires que, em julho de 1934, foi substituído por Gustavo Capanema. Os três políticos que se sucederam no Ministério eram representantes de Minas Gerais – Gustavo Capanema foi responsável pelo Ministério da Educação e Saúde Pública por 11 anos, de 1934 a 1945.

As Constituições de 1934 e 1937 retrataram, em seus textos, as disputas ideológicas do período, a primeira entre Escola Nova e Igreja Católica, conforme abordado anteriormente, e a segunda evidenciará em seu texto as facetas autoritárias do Estado Novo, como veremos na próxima seção.

### **2.3. Constituições de 1934-1937**

A Constituição de 1934, diferentemente das anteriores, dedicou um capítulo exclusivamente para a educação. Segundo Oliveira (2001), esta Constituição foi inspirada na Constituição alemã de 1919, conhecida como Constituição de Weimar, que foi um marco ao consagrar os direitos sociais. E segundo o referido autor, o ideário da Escola Nova exerceu grande influência na Constituição ao buscar um sistema educacional distante da Igreja Católica.

Pela Constituição de 1934, a União passava a ter a obrigação de traçar as Diretrizes da Educação Nacional e de edificar o Plano Nacional da Educação e os estados tinham a função de organizar os sistemas educacionais, porém, com base nas diretrizes definidas pela União. Segundo Ribeiro (1988, p. 117),

[...] o processo de democratização, ao reconhecer na educação “um direito de todos” (art. 149), ao instituir a liberdade de ensino em todos os graus e ramos (art.150, parágrafo único, alínea e), ao instituir a liberdade de cátedra, a gratuidade e obrigatoriedade que deviam estender-se progressivamente do ensino primário integral ao ensino ulterior a fim de tornar mais acessível (art. 157), se aplicaria a alunos necessitados mediante assistência sob diversas formas e bolsa de estudo.

A Constituição de 1934 vigorou por apenas três anos, no entanto, é considerada uma referência ainda nos dias de hoje em virtude dos avanços em prol da educação. Sobre as disputas ideológicas do período na área educacional entre Escola Nova e Igreja Católica, Romaneli (1986) sublinha que o texto Constitucional representou uma vitória para o movimento renovador, com exceção do artigo 153 que instituiu o ensino religioso facultativo.

Ainda sobre a Constituição, segundo Villa (2011), o conceito de segurança nacional foi enfatizado no seu Título VI e foi introduzido no artigo 161: “o estado de guerra que implicava na suspensão das garantias constitucionais que pudessem prejudicar, direta ou indiretamente, a segurança nacional”. Segundo Horta (1994),

O conceito de “segurança nacional”, significando segurança contra possíveis ataques inimigos externos, veio substituir o conceito de “defesa nacional” a partir do momento em que este último mostrou-se insuficiente para justificar a pré-mobilização e a preparação da Nação para a guerra em tempo de paz e para legitimar a implantação da política do Exército enquanto política de mobilização nacional. Com efeito, a Nação precisa defender-se apenas se for atacada; mas ela só estará “em segurança” se estiver permanentemente preparada de forma a desencorajar qualquer ataque e a repeli-lo, caso ele se concretize. (HORTA, 1994, p.30)

Nesta perspectiva, Horta (1994) afirma que a partir de 1935 foi disseminada a ideia de que a segurança da pátria estava ameaçada e não somente por inimigos externos, mas também por inimigos internos que, de maneira geral, eram identificados como comunistas. Os conceitos de segurança e defesa nacional foram ampliados, envolvendo, assim, vários setores da sociedade e legitimando, desta forma, a intervenção das Forças Armadas em diferentes âmbitos da sociedade, inclusive na esfera educacional.



Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), o processo de participação das Forças Armadas na esfera educacional foi intensificado a partir de 1937 e o Exército elaborou um projeto educacional articulando as disciplinas de educação moral, educação cívica, religiosa, familiar e a educação nacionalista. “O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização e respeito à ordem e às instituições” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 84). Desta forma, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 86) afirmam que a vinculação da educação às questões de segurança nacional evidenciam que, no Estado Novo, a educação tinha o propósito de “mobilização estratégica controlada”. Portanto, assim como a Igreja Católica seria uma importante aliada do Estado para doutrinação moral através da educação, as Forças Armadas atuavam na doutrinação de corpos através da educação física e disseminando o ideário de ordem e segurança. Segundo Bomeny (1999),

A associação entre educação e segurança nacional tem sua origem no Brasil em momentos de política autoritária, quando a educação é enaltecida como um instrumento eficaz de controle. Não seria incorreto dizer que o discurso de que a educação, bem planejada e disseminada, garante a ordem e a disciplina está na verdade invertido. Ao contrário, a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação. Não é por outra razão, me parece, que o Exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil. (BOMENY, 1999, p. 141)

No âmbito educacional, a Constituição de 1937, segundo Romanelli (1982), não possuía a amplitude educacional presente na Constituição de 1934. Dando mais ênfase à questão do ensino profissional, estava distante da Constituição anterior que atribuía ao Estado o dever de educador. Segundo Cury (2009),

A Constituição outorgada de 1937 retirou a vinculação de impostos para o financiamento da educação, restringiu a liberdade de pensamento, colocou o Estado como subsidiário da família e do segmento privado na oferta da e não educação escolar. Nas escolas públicas os mais ricos deveriam assistir os mais pobres com uma *contribuição módica e mensal para a caixa escolar*. A relação educação e ditadura é aqui paradigmática: ameaças de censura, restrições de várias ordens, insistências em organizações de jovens sob a figura do *adestramento físico e disciplina moral nos campos e nas oficinas* (art.132), imposição do patriotismo e destinação do ensino profissional às *classes menos favorecidas* (art.129). (CURY, 2009, p. 23)

Com a Constituição de 1937, Romanelli (1986, p. 153) pontua que as lutas ideológicas sobre as questões educacionais “entraram numa espécie de hibernação”. A autora, então, esclarece que o que era dever do Estado na

Constituição anterior, na nova Constituição passava a ter uma ação meramente supletiva deixando de proclamar o dever do Estado sobre as questões educacionais. A Constituição de 1937 foi fruto do golpe de Estado de 10 de novembro, a “hibernação” à qual se refere Romanelli (1986) foi em virtude da ação conservadora e do centralismo do regime ditatorial do Estado Novo.

Em 1934, Gustavo Capanema assumiu o Ministério de Educação e Saúde Pública. Bomeny (2001) afirma que é impossível falar em educação e cultura no Brasil sem mencionar Capanema, que permaneceu à frente do ministério durante 11 anos, de 1934 a 1945. O ministro, a composição do seu ministério, alianças e a reforma do ensino secundário serão os objetos de análise e reflexão nas próximas seções.

#### **2.4 O Ministro e as estrelas de seu ministério**

O mineiro Gustavo Capanema Filho, personagem central nas reformas educacionais durante o Estado Novo, ingressou na vida política em Pitangui sua cidade natal ao eleger-se vereador em 1927, em 1930 apoiou candidatura de Getúlio Vargas, neste mesmo período Olegário Maciel seu primo foi eleito governador de Minas Gerais e após a posse nomeou Capanema como seu oficial de gabinete e em seguida secretário do Interior e Justiça. Com a morte de Olegário Maciel em 1933, segundo Saviani (2010) Capanema assumiu interinamente o governo de Minas aguardando que seria nomeado interventor. No entanto, Vargas nomeou Benedito Valadares. Com o desapontamento de Capanema “foi lhe prometido, para um momento posterior o Ministério de Educação e Saúde Pública”. (SAVIANI, 2010, p.267)

A formação ministerial de Capanema foi marcada pela presença de grandes intelectuais representantes da cultura, literatura e música nacional. Ao longo de sua gestão, Capanema contou com a amizade e fidelidade do poeta Carlos Drummond de Andrade e a colaboração de intelectuais como Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Heitor Villa Lobos, entre outros. A aliança de alguns intelectuais com a política durante o Estado Novo tem sua origem em Minas Gerais na boêmia rua da Bahia, local onde um grupo de amigos reunia-se. Portanto, as razões que justificam

a aliança acima mencionada é uma história cuja aproximação ocorre anos antes de Capanema assumir o cargo de ministro – o contexto deste encontro ocorreu na década de 20, em Belo Horizonte. Segundo Bomeny (2011),

O grupo de moços apresentado por Pedro Nava era numeroso para o ambiente interiorano daquela Belo Horizonte dos anos 20: Abgar Renault, Alberto Campos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gabriel Rezende Passos, Gustavo Capanema Filho, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Souza, João Alphounsus de Guimarens, João Guimarães Alves, João Pinheiro Filho, Mário Álvares da Silva Campos, Mario Casassanta e Milton Campos. Formavam o “Grupo do Estrela”, nome do café no qual se reuniam. (BOMENY, 2011, p.25)

Do grupo de amigos e intelectuais acima mencionados, Carlos Drummond de Andrade foi o que mais se envolveu no ministério de Capanema, desempenhando a função de chefe de gabinete do ministro. Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) é difícil descrever a profundidade do relacionamento entre os dois intelectuais:

Refazer o lado pessoal e mais profundo do relacionamento entre esses dois homens igualmente reservados, inteligentes e igualmente vitoriosos em suas respectivas carreiras exigiria muito mais do que poderíamos pretender. Basta dizer que os dois, de alguma forma, se complementavam. Capanema, homem de cultura humanística e pretensões intelectuais, dedica-se inteiramente à política, sem uma obra intelectual própria que ultrapassasse os limites do que os seus diversos cargos exigiam; Drummond, mais do que simples funcionário público, teria podido, quem sabe, seguir uma carreira política própria, que prefere aparentemente, não realizar, em benefício de sua obra literária. É como se Capanema fizesse a política de Drummond, e este realizasse as ambições intelectuais do chefe e amigo (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 42).

Segundo Williams (2000), Capanema propôs, em 1935, que o Ministério de Educação e Saúde Pública passasse a denominar-se por Ministério de Cultura Nacional, justificando que desta forma abrangeria a formação integral dos brasileiros, do corpo, espírito e alma. A sugestão de Capanema não foi aceita, no entanto, no aspecto cultural, ao longo de seu ministério e com a colaboração de vários intelectuais, Capanema criou quatro órgãos de suma relevância durante o Estado Novo: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional do Livro e o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Além dos órgãos, merece destaque a construção do edifício-sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, um marco da arquitetura moderna.

Para Londres (2001, p. 101), “a gestão de Capanema à frente do MSE teve o caráter de gesto fundador das relações entre Estado e cultura no Brasil, implantando um modelo não apenas institucional como também de relação poder público e intelectuais”. Londres (2001, p. 101) ainda afirma que de todas áreas da cultura onde atuou o ministério de Capanema não seria exagero constatar que “foi no patrimônio que esse modelo, com todas as suas contradições, teve sua versão mais bem-sucedida”.

Como ministro da educação, Capanema atuaria no aspecto cultural de forma abrangente da infância a juventude, buscando a educação de corpos e intelectos, a partir das reformas no ensino que ocorreram a partir de 1942, que serão analisadas na próxima seção, com intento para a reforma do ensino secundário.

### **2.5 A Reforma do Ensino Secundário: Educação a serviço da ditadura**

As reformas educacionais decretadas em 1942, além do Ensino Secundário, abrangeram o Ensino Industrial, Comercial e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Sendo assim, nos últimos anos do Estado Novo, foram colocados em execução os seguintes decretos-lei:

- a) Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Senai;
- b) Decreto-lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Especificamente sobre o Ensino Secundário, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.206) evidenciam que “as linhas mestras do ensino secundário já haviam sido estabelecidas pela reforma Francisco de Campos”. Ainda segundo os referidos historiadores, de todas as áreas do plano educacional, a reforma do ensino secundário seria aquela em que o ministério de Capanema deixaria sua marca mais

profunda e duradoura. A reforma do ensino secundário vigorou até a aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961.

Na reforma de Gustavo Capanema há divisão entre o ginásio de quatro anos e um segundo ciclo de três anos, este último contendo como opção o clássico e o científico ou cursos profissionalizantes. Nesta perspectiva, o ensino era organizado da seguinte maneira, segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 207):

Ao fim de cada ciclo haveria um “exame de licença”, nos moldes, pelo menos em intenção do *baccalauréat français*, que garantia o padrão nacional de todos os aprovados. Além disso, uma série de cursos profissionalizantes deveria existir no nível do segundo ciclo, como opção para os estudantes que não tivessem como objetivo ingressar nas universidades. Desta forma, os cursos ginásiais, obedecendo a um programa mínimo comum em todo país, e controlado pelo ministério, também funcionariam como habilitação básica para os cursos profissionais de nível médio. Isto, para o ministro, viria “concorrer para maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá como finalidade apenas conduzir ao ensino superior.

Sobre esta reforma, Romanelli (1982) argumenta haver um dualismo no sistema educacional brasileiro, referindo-se ao Ensino Secundário e Profissional, pois enquanto o primeiro continha uma formação científica e clássica destinada às elites, o segundo era de preparação para o trabalho, ressaltando inclusive que apenas o Ensino Secundário permitia o acesso ao Ensino Superior. Saviani (2010, p. 269) afirma que o ensino secundário era “destinado às elites condutoras” e o ensino profissional “destinado ao povo conduzido”. Este dualismo, como se referem os historiadores, fica muito evidente na constatação de Horta (1994, p. 168):

Quanto ao ensino secundário, definido por Capanema como “ensino educativo formador da personalidade física, moral e intelectual dos adolescentes”, o Governo Federal se propunha a exercer sobre ele “uma ação esclarecida e enérgica, acentuando seu “caráter cultural” e dando prioridade no seu programa ao estudo das “humanidades clássicas”, para que se tornasse verdadeiramente “o ensino preparador da elite intelectual do país”.

Além da formação humanística, um dos pilares da reforma do ensino secundário foi seu cunho nacionalista. Sendo assim, segundo Bomeny (1999), o grande projeto político a ser realizado no Estado Novo seria a construção da nacionalidade com objetivo de formação de um homem novo. Com este intento, segundo Horta (2010, p. 54)

O ministro da educação ocupa-se de três questões importantes na perspectiva de utilização da educação como instrumento a serviço da ideologia autoritária: a educação física, a educação moral e o canto orfeônico.

Sendo assim, no início do Estado Novo foi elaborado um calendário de cerimônias públicas. Segundo Parada (2009), esse calendário começou a ser estruturado em 1936 e foi finalizado em 1938.

Sua linha do tempo compreendia as seguintes comemorações: o dia de Tiradentes, em 21 de abril; o 1º de maio, dia do trabalho; a Semana da Pátria, um conjunto de comemorações realizadas ao longo da primeira semana de setembro, que incluía, além do desfile militar do dia 7, o Dia da Juventude e a Hora da Independência; o Dia da Revolução Brasileira, em 10 de novembro; a Proclamação da República, em 15 do mesmo mês; e, por fim, no dia 19, ainda em novembro, o Dia da Bandeira. Cada comemoração possui trajetória, público, pedagogia e temas próprios durante o período (PARADA, 2009.p.158)

Para Parada (2009), o investimento do regime em cerimônias cívicas tinha o propósito de unir elites e massas na busca de reinventar uma harmonia nacional. As cerimônias mais centradas na juventude reuniam estudantes de escolas públicas e particulares em desfiles cívicos. A hora da Independência que encerrava a Semana da Pátria consistia na exibição musical de canto orfeônico, com hinos de exaltação a pátria, em que os corais eram formados por milhares de estudantes e, como já mencionado anteriormente, Villa Lobos foi o principal organizador.

Segundo Contier (1998), com a mudança do Departamento Nacional de Propaganda para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1935, a música erudita foi alcançando novos programas em 1939. O DIP participava ativamente nos programas radiofônicos, mais diretamente na Hora do Brasil, que teve sua programação ampliada para a música brasileira. Para Schwartzman, Bonney e Costa (2000, p. 157)

A Constituição da nacionalidade deveria ser a culminação de toda ação pedagógica do ministério, em seu sentido mais amplo. É possível distinguir pelo menos três aspectos neste esforço de nacionalização. Primeiro, haveria que dar um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos. A natureza mais precisa deste “conteúdo nacional” jamais ficou totalmente definida, mas é claro que não incorporaria aquela busca às raízes mais profundas da cultura brasileira que faziam parte da vertente andradiana do projeto modernista; ao contrário, tiveram preferência os aspectos do modernismo relacionados com ufanismo verde e amarelo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades. Não faltava a esta noção de brasilidade, transmitida nas publicações oficiais e nos cursos de educação moral e cívica, a ênfase no catolicismo brasileiro, em detrimento de outras formas menos legítimas

de religiosidade. Finalmente, a nacionalidade deveria firmar-se pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo território nacional.

Segundo Contier (1998), o DIP incentivou a propagação da música nacionalista com o intento de transformá-la em um instrumento eficaz de propaganda no Estado Novo.

Em 1937, a música nacionalista reinava com exclusividade, transformando-se, assim, no som oficial desse novo Brasil! Por outro lado, a música popular sofreu, fortemente, a ação da censura, porque veiculava uma série de temas que ameaçavam, por exemplo, o ideal de disciplina e de trabalho, pilares da ideologia do Estado Novo (CONTIER, 1998, p. 54).

Além do canto orfeônico, o ministro utilizou-se também da disciplinarização dos corpos e mentes através da educação física e educação moral e cívica. Na próxima seção serão analisadas estes três instrumentos amplamente utilizados para a inculcação da ideologia estadonovista por meio da educação.

## **2.6 Educando corpos e mentes e construindo a nação: Canto orfeônico, educação moral e cívica e educação física.**

Músico, compositor e multi-instrumentista, Heitor Villa Lobos foi o principal personagem no âmbito do canto orfeônico no Brasil: criou cursos, programas, instituições e eventos na busca da organização dos orfeões – “sua centralidade fez dele a principal voz – era quase um solista” (PARADA, 2009, p. 1995). O envolvimento do músico com o canto orfeônico iniciou na década de 1930, mas foi durante o Estado Novo que Villa Lobos pôde expandir o canto orfeônico nas escolas e em manifestações de exaltação à pátria. Segundo Parada (2009, p177), em 1932 Villa Lobos assumiu a Superintendência de Educação Musical e Artística do Distrito Federal (SEMA).

A SEMA tinha como atribuição planejar, orientar e desenvolver o estudo da música nas escolas primárias, no ensino secundário e nos demais departamentos da municipalidade. Este órgão tinha seus trabalhos divididos em cinco seções. Três tinham funções meramente operacionais como cópias e reproduções impressas de pautas e letras, gravação de músicas e uma escola de banda e orquestra que fornecia profissionais para as transmissões de rádio. As duas seções restantes tinham as funções doutrinárias. A primeira delas atuava como órgão de planejamento e organização dos planos de ensino das escolas municipais e das escolas técnicas secundárias, estendendo sua jurisdição aos cursos de continuação e aperfeiçoamento da Diretoria de Educação de Adultos e Difusão cultural,

às Sociedades Artísticas e aos teatros particulares subvencionados pela prefeitura do Distrito Federal. A segunda administrava o *Orfeão de Professores*, ocupava-se da orientação “cívico-artística musical” da Escola José Pedro Varela, onde eram praticadas as experiências sobre o ensino musical a serem aplicadas nas demais escolas municipais, era responsável pela educação musical a serem aplicadas nas demais escolas municipais e era responsável pela educação musical na então recém-criada Universidade do Distrito Federal (PARADA, 2009, p.199).

Para Contier (1998), o projeto desenvolvido por Villa Lobos sobre o canto orfeônico no Brasil foi inspirado nos exemplos dos alemães, que, com ascensão do nazismo, realizavam manifestações de canto de coral que reuniam milhares de pessoas e continham um veemente teor nacionalista. Além da Alemanha, outros países da Europa também vivenciaram regimes autoritários e estes, enquanto influências externas, devem ser considerados, principalmente, ao se analisar a maneira como a educação era utilizada como um instrumento a serviço e controle do Estado, assim com evidencia Horta (1994, p. 3):

Os mesmos temas e os mesmos atores estão, em maior ou menor grau, presentes também no discurso pedagógico e na prática educativa dos regimes totalitários da Europa, no mesmo período. Assim, na Itália fascista, o progresso de “fascistização” da escola traduz-se por uma acelerada centralização de aparelho educativo sob a direção do Ministero della Pubblica Istruzione, que se transforma, em 1929, em Ministero dell’Educazione Nazionale. Acentuam-se o ensino religioso e a educação cívica nas escolas, ao mesmo tempo em que se inicia o processo de militarização das mesmas, pela introdução dos cursos de cultura militar. A mobilização das crianças e dos jovens constitui uma das preocupações fundamentais do regime, que vê nas organizações de juventude um dos principais instrumentos de inculcação da ideologia fascista. A educação física e a educação pré-militar ocupam, neste processo de fascistização, um lugar privilegiado.

Segundo Parada (2009), a função destinada à música orfeônica no Estado Novo não estava apenas limitada à formação estética, seu objetivo principal era o caráter formador que estava vinculado à formação moral e cívica. A música orfeônica “encontra seu lugar nas estratégias disciplinares do Estado autoritário de 1937” (PARADA, 2009, p. 219). Nesta perspectiva, o canto orfeônico caracterizou-se como um eficaz instrumento disciplinar:

Atuando no âmbito das sensibilidades e direcionado para a juventude, o canto orfeônico foi vivenciado em dois níveis: o cotidiano escolar e as emocionantes manifestações cívicas como a Hora da Independência. A intensidade dessa experiência foi um dos esforços mais bem-sucedidos no controle social da população brasileira no período do Estado Novo. A nova catequese de Villa-Lobos, transformada em política pública, construiu condições para que algumas gerações de jovens brasileiros incorporassem formas individuais de disciplina corporal, banalizassem valores como obediência e culto à pátria e naturalizassem a sua condição de sujeitos



tutelados (PARADA, 2009, p.219).

Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 208), a junção entre a formação patriótica e a formação humanística parecia ser o instrumento ideal para estruturar o Estado e suas instituições, “moldando-lhes a forma e o caráter, atribuindo-lhes uma identidade – extensiva a nação – e preparando as novas gerações para aceitar e perpetuar a nova ordem que se criava”. Segundo Saviani (2010), uma característica proeminente nas reformas educacionais de Campos e Capanema foi a aliança com a Igreja Católica efetivada por Francisco Campos no início da década 1930.

Nas Reformas de Francisco Campos em 1931, a educação moral e cívica não foi constituída como uma disciplina do currículo do ensino secundário, no entanto, Horta (1994) afirma que é inegável a educação moral que Campos atribuiu à igreja através do ensino religioso nas escolas.

Já nas Reformas de Capanema para formação patriótica, foram utilizadas além do ensino religioso, as disciplinas de História do Brasil e Geografia do Brasil. Ainda segundo Horta (1994), a introdução da disciplina de História do Brasil foi determinada em março de 1940, através de uma portaria do ministro da educação – até então a História do Brasil fazia parte do programa de História Geral. Sendo assim, “a partir de 1942, a História do Brasil e a Geografia do Brasil passam a fazer parte do programa das duas últimas séries do curso ginásial (duas horas semanais) e da última série do curso colegial (três horas semanais)”. (HORTA, 1994, p.182)

Além do disciplinamento moral através do canto orfeônico e as disciplinas de abordagem humanística, ocorreu também o disciplinamento dos corpos. Segundo Parada (2009), com o Estado Novo aumentaram as intervenções sobre o corpo dos brasileiros, o Ministério da Educação e Saúde agiu ativamente nas formulações sobre o corpo, nesta perspectiva: “duas ideias conduziram à construção de uma nova cultura corporal no Brasil: a preocupação com a educação física e a associação entre esporte e civismo” (PARADA, 2009, p.157).

Desta forma, a educação física estaria estritamente vinculada às questões de formação cívica. A partir de 1937 o Ministério de Educação e Saúde buscou efetivante atuar sobre três aspectos para “garantir a nacionalização das políticas do corpo: o pedagógico, o sanitário e a defesa nacional” (PARADA, 2009, p.179).

Em relação ao aspecto pedagógico, este seria responsável “pela transmissão de um modelo disciplinar ancorado em valores cívicos”. Ainda para Parada (2009): “os exercícios seriam um agente transformador higiênico e plástico, desenvolvendo o organismo e modelando sua estrutura”. (PARADA, 2009, p.181).

Segundo Horta (1994), a disciplina de educação física não aparece nos programas das escolas de ensino secundário na década de 20. No entanto, em 1929 um projeto de lei regulamenta o ensino de educação física em âmbito nacional. A comissão que presidiu a regulamentação do projeto foi dirigida pelo Ministro da Guerra. Entretanto, foi a partir de 1930, através do Ministério de Educação e Saúde, “que os militares procurarão garantir o seu controle sobre a Educação física escolar”. (HORTA, 1994, p.66).

O ministro Francisco Campos, em 1931, introduziu a imprescindibilidade dos exercícios de educação física no nível do ensino secundário. Segundo Horta (1994),

Os exercícios de educação física deveriam ser realizados diariamente, com a duração de 30 a 45 minutos, sendo aconselhada na Portaria a adoção das “normas e diretrizes” do Centro de Educação Física do Exército. Mas, enquanto o Ministério da Educação e Saúde limita-se a introduzir a obrigatoriedade da educação física na legislação educacional, os militares procuram estabelecer bases sólidas para garantir o seu predomínio nesta área. (HORTA, 1994, p.66).

Em 1932 foi aprovado o regulamento de Educação Física do Ministério da Guerra, um ano depois o Centro Militar de Educação Física foi transformado em Escola do Exército. Desta forma, estavam determinadas as bases para direcionar a educação física com intento de que a educação física nas escolas fosse conduzida “pelo que foi feito no Exército e agindo de acordo com ele” (HORTA, 1994, p.67).

A partir de 1937, a concepção de instrução pré-militar sofre uma transformação, que coincide com as propostas de extensão da influência do Exército até a infância. Esta transformação pode ser considerada como uma reação às proposições de militarização da infância e da juventude, oriundas do Ministério da Justiça, na mesma ocasião. Nesta nova concepção, não se trata apenas da preparação próxima e imediata dos alunos maiores de 16 anos para o Serviço Militar, através do treinamento em educação física e tiro. A instrução pré-militar passa a ser considerada uma atividade própria, com objetivos e métodos bem definidos, visando inculcar na infância e na juventude uma “mentalidade militar” (HORTA, 1994, p.54).

Desta forma, em 1939 torna-se obrigatória a Lei do Ensino Militar, agora também para menores de dezesseis anos que estivessem matriculados nos institutos civis de ensino primário e secundários. A colaboração dos militares na

organização e direção da Divisão de Educação Física foi solicitada por Capanema ao Ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho, em abril de 1937, e foi em nome da segurança nacional que esta solicitação foi atendida.

A argumentação de uma das principais formulações de posições doutrinárias dentro do campo da educação física reivindica para a disciplina, no seu momento civil, a responsabilidade pela preparação dos futuros soldados. O tema da segurança nacional, com o advento da guerra contra o inimigo externo, tornou-se mais objetivo e concreto; a preparação e o envio de tropas especializaram e circunscreveram a ameaça, fazendo com que a questão da segurança nacional fosse mais palatável para diversos setores da sociedade, que viam afastadas as possibilidades de uma militarização da sociedade. A educação física encontraria seu ápice, enquanto disciplina moral e cívica, no momento em que se tornasse corresponsável pela construção do corpo do jovem soldado brasileiro (PARADA, 2009, p.193)

Para Horta (1994, p.26), “a influência do Exército sobre a prática da educação física nas escolas foi real e duradoura”. Ainda segundo o referido historiador, ainda que não seja possível falar acerca de uma “doutrina da segurança nacional” durante o período de 1930 a 1945, pois esta se consolidou com o fim da Segunda Guerra Mundial, é indubitável a “ideia de segurança nacional, concebida não somente como defesa externa, mas também como defesa contra os inimigos internos, ocupou um lugar importante na definição do papel a ser desempenhado pelos militares brasileiros, no período” (HORTA, 1994, p.30).

Manuel Bergstron Lourenço Filho, personagem importante no contexto educacional durante a década de 1930, “foi uma figura-chave no processo de desenvolvimento e divulgação das ideias pedagógicas da Escola Nova no Brasil” (SAVIANI, 2010, p. 206). Ocupou o cargo de diretor do INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas no período do Estado Novo, e, entre 1938 e 1940, pronunciou quatro conferências sobre a educação nacional. Na terceira conferência Educação e Segurança Nacional, Lourenço Filho analisou o contexto histórico do período, os discursos de Getúlio Vargas, Francisco Campos e Gustavo Capanema e teceu algumas considerações, afirmando que “toda política de educação e a técnica posta a seu serviço deverão estar em perfeita consonância com a política e a técnica da segurança nacional”. (LOURENÇO FILHO, 2002, p.67).

Em qualquer concepção educativa, a realidade permanece: educar-se é buscar a segurança; educar é ensinar a segurança. A segurança no próprio indivíduo, pelo equilíbrio de suas tendências, desejos e aspirações; a segurança no grupo primário a que pertença; a segurança nos grupos

maiores, onde esse grupo esteja inserto; a segurança, enfim, no organismo social mais amplo, que aos grupos referidos contenha (LOURENÇO FILHO, 2002, p.60).

Para o educador, é necessária a relação entre educação e segurança, “e de tal modo que poderíamos dizer que a história da educação poderia ser escrita em termos de segurança”. Lourenço Filho ainda esclarece que as questões de segurança nacional de uma nação não devem estar apenas vinculadas ao material bélico que possuem mas “na capacidade geral das forças materiais e humanas”(LOURENÇO FILHO, 2002, p.68).

A penetração consciente das ideias de segurança, em todo o labor educativo do País, não significa, portanto, nem a tendência para a exaltação guerreira, o que seria desmentir as nossas tradições e ir de encontro ao espírito mesmo da política continental, nem, por outro lado, a abdicação do pensamento e da ação dos órgãos próprios ou das instituições educativas. Há um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação militar. Há também um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação pedagógica. O que há de reconhecer é que o sentido que os norteiem, a e outro, seja o da mesma inspiração e para resultados coerentes, em prol da grandeza da Nação, na previsão se sua segurança interna e externa. (LOURENÇO FILHO, 2002, p.67)

Desta forma, Lourenço Filho afirma que as políticas educacionais do período deveriam estar em excelente harmonia com a política e técnicas da segurança nacional, o que não acarreta confundir as duas questões, pois são “expressão de um mesmo processo de vida coletiva, harmônicas, sem dúvida, mas autônomas” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 67). Ainda para Lourenço Filho, o culto à pátria não pode ser objeto de estudo apenas de uma disciplina, mas “animar com o seu calor as lições de todas as disciplinas”. (LOURENÇO FILHO, 2002, p.68). Sobre o ensino secundário:

Nas escolas secundárias, os mesmos propósitos devem persistir. Convém salientar que, em razão mesmo da idade do discipulado e de seu maior desenvolvimento mental, mais deliberada ação de sentido cívico poderá aí exercer-se. Ao conhecimento das realidades do País, pela geografia, ao exame amoroso de suas tradições, pela história pátria, ao mais profundo domínio das ideias e sentimentos comuns, pela literatura nacional, deverá juntar-se a compreensão das instituições religiosas que dão corpo à Nação. Os princípios constitucionais deverão ser objetivamente explicados, nos seus fundamentos e nas suas aplicações. Os deveres do cidadão para com o grupo social, máxime no que digam respeito aos deveres militares e de segurança, deverão ser esclarecidos de modo inequívoco. (LOURENÇO FILHO, 1940, p.68).

Segundo Monarcha (2010), embora Lourenço Filho fosse um dos representantes do movimento escolanovista no Brasil, em Tendências da Educação

Brasileira, o educador não faz nenhuma referência aos ideais defendidos pelo o movimento renovador da Escola Nova. A ausência pode ser explicada pois o “movimento de ideias e realizações práticas, com seus ideais societários pautados na perspectiva de reconstrução da experiência, não se adequava ao estado ditatorial às voltas com a propagação das ideologias de autoafirmação nacionalista” (MONARCHA, 2010, p.90).

Segundo Horta (1994, p.74), a instrução pré-militar foi extinta em 1946 em virtude dos “ventos democráticos”. Com o fim do Estado Novo, do projeto educacional foi “exaurido seu conteúdo ético e mobilizador, deixando em seu lugar a parafernália de leis e rotinas que haviam sido montadas anos anteriores. Ficou, nas palavras de Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.281), por assim dizer, “sem alma”. Isso porque as ações desenvolvidas durante o Estado Novo não faziam sentido no regime democrático. Para Horta (1994), apesar da intervenção do Estado no aparelho escolar, o regime não chegou a impor os mesmos mecanismos utilizados na Itália fascista, uma vez que não se tinha um regime fascista no Brasil, entretanto, algumas ações no âmbito educacional muito se assemelhavam, como demonstrado no decorrer da pesquisa. Contudo, o referido historiador esclarece que o sistema escolar não foi democrático conforme foi afirmado por Capanema. Segundo o ministro, “nunca foi fascista a escola brasileira: foi sempre uma escola democrática e patriótica” (HORTA, 1994, p.294). A escola não foi democrática tendo em vista que o regime político também não era. No entanto, a escola, no Brasil, manteve durante todo o período uma relativa autonomia. (HORTA, 1994).

Praticamente não havia no Brasil um sistema de educação pública até a década de 30. Desde então, foi organizado e crescendo gradativamente de forma lenta e precária. As lutas ideológicas entre a Escola Nova e a igreja católica marcaram a primeira metade da década de 1930. Ainda neste contexto, o movimento renovador possuía força na luta por um ensino laico e gratuito. A partir de 1937, com regime ditatorial, as reformas educacionais foram utilizadas para disseminar a ideologia de cunho nacionalista, que foi um dos pilares das políticas educacionais desenvolvidas pelo ministro Gustavo Capanema. Segundo Alhusser (1985) a escola é considerada um dos aparelhos ideológicos do Estado, pois através dela é possível transmitir a ideologia da classe dominante.

Mesmo em um regime político autoritário, Capanema reuniu em seu ministério um grande número de intelectuais, entretanto, o investimento do ministro no aspecto cultural não refletiu no sistema educacional. Paradoxalmente, o modernismo e as facetas de progresso são algumas das características dos regimes ditatoriais.<sup>5</sup> Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2010, p.29),

Estudar os tempos de Capanema significa, acima de tudo, abrir uma janela para o ambiente intelectual, político e ideológico daqueles anos e, assim, entender melhor o legado que deles recebemos. Foram tempos conturbados e contraditórios. Nascido na passagem do século, Capanema se educou junto à elite intelectual mineira, viveu a excitação revolucionária da década de 1930 e ocupou, por muitos anos, uma posição central em relação aos assuntos de educação e cultura no país. Estes foram também os anos da ascensão do fascismo, da Guerra Civil Espanhola, da intensificação dos conflitos ideológicos, do Estado Novo e do eventual alinhamento brasileiro contra as potências do Eixo. Sua carreira, sua obra política e administrativa estão profundamente marcadas por estes eventos.

Esta pesquisa buscou, através do estudo da reforma do ensino secundário, compreender esta conjuntura, pois as transformações que ocorreram no campo educacional são reflexo do momento que a sociedade vivenciava naquele período em que a educação foi enaltecida como um instrumento eficaz para legitimar e propagar a política nacionalista.

---

<sup>5</sup> Conforme a tese de Roger Griffin (2010), “fenómenos dispares como el fascismo, el comunismo y las corrientes artísticas y de pensamiento vanguardistas provienen de una misma matriz cultural, y que, lejos de ser antitéticos, el modernismo y el fascismo son conceptos vinculados por un profundo parentesco estructural. Proposición ésta que no implica un nexo causal entre el modernismo cultural y los atroces crímenes perpetrados por el fascismo, ni una caracterización de las vanguardias artísticas como manifestaciones profascistas, sin más. En vez de esto, la idea es que el fascismo procede del mismo impulso de renovación y de futuro que inspiró la revolución bolchevique en Rusia, lo mismo que la actividad de vanguardias culturales que acostumbramos disociar del radicalismo de derechas: la arquitectura modernista, la literatura expresionista o la de tipo surrealista, o los diversos vanguardismos pictóricos del siglo XX (cubismo, abstraccionismo, suprematismo, etc.). (...) De acuerdo a este discurso, el III Reich de las autopistas, de los proyectiles V y de los tecnócratas alemanes más capacitados de su tiempo era un régimen modernista, lo mismo que la Italia fascista que cobijó a un visionario como Adalberto Libera, genuino exponente del modernismo arquitectónico. La guerra mundial frustró la construcción de lo que debía ser una de las cimas de la obra de Libera, el inmenso arco que diseñó para la Exposición Universal de Roma de 1942”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição por investigar uma reforma educacional ocorrida no contexto do Estado Novo foi impulsionada pela importância deste período na História da Educação brasileira e das reformas educacionais que ocorreram, transformações estas que são fundamentais para a compreensão do sistema educacional na atualidade, tendo como pressuposto que “olhar” para o passado é a melhor forma de entender o presente.

Sobre a reforma do ensino secundário, foi possível compreender a singularidades, dicotomias e alianças presentes nesta reforma, a união da força moral da igreja com a força física dos militares, a exaltação da música orfeônica e o patriotismo difundido nas escolas foram os mecanismos utilizados para propagar a ideologia autoritária presente no regime ditatorial do Estado Novo e, conseqüentemente, na reforma do ensino secundário.

Um regime ditatorial encontra diversos mecanismos para se manter no poder, persuadir ideologicamente a população é um deles, no caso específico do Estado Novo, o sistema educacional foi um dos mecanismos utilizados para transmitir esta ideologia, sendo a educação um instrumento eficaz de controle, por onde foi possível legitimar a ordem, a disciplina e o ufanismo, em nome da segurança nacional, inclusive com a intervenção do Exército. Regimes autoritários são ilegítimos e necessitam utilizar desses mecanismos, por esta razão, faz-se necessário refletir sobre a importância da educação em nosso país, pois os regimes ditatoriais já vivenciados em nossa história souberam reconhecer sua importância, desta forma é de suma relevância que em nossa democracia a educação seja enaltecida como um meio eficaz para a formação de cidadãos críticos que se empenhem na luta pela permanência da laicidade do ensino e se oponham a intervenção de outras esferas no contexto escolar

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado: Nota sobre os aparelhos Ideológicos do Estado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BOMENY, H. M. B. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, H. M. B. **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p.11-35.

BORIS, F. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CARONE, E. **O Estado Novo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CONTIER, A. D. **Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo**. Bauru, SP: Edusc, 1998.

CURY, C. R. J. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol.III. 3ª ed. Petropolis: Vozes, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EdUsp, 1995.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, M. D. M. **Getúlio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f.

GIL, A. C. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, S. **Sob a Verdade Oficial – Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. 1ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRIFFIN, R. **Modernismo y fascismo**. La sensación de comienzo bajo Hitler y Mussolini. Madri: Akal, 2010.

HORTA, J. S. B. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia – Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

HORTA, J. S. B. **Gustavo Capanema**. 1ª ed. Recife: Massangana, 2010.



LAMOUNIER, B. **Do modelo Institucional dos anos 30 ao fim da Era Vargas**. In: D' Arujo, M. C. (Org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. 1ª ed.: Rio de Janeiro: FGV, 1999.

NETO, L. **Getúlio – Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LONDRES, C. *A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional*. In: BOMENY, H. (Org.). **Constelação Capanema: Intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Tendências da Educação Brasileira**. 2ª ed. Brasília: Inep/Mec, 2002.

MONARCHA, C. **Lourenço Filho (Coleção Educadores MEC)**. Recife: Monarcha, 2010.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo Ideologia e Poder**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, R. P. D. O. *O direito à educação*. In: Adrião, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e Constituição Federal**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2001.

PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARADA, M. **Educando Corpos e Criando a Nação – cerimônias cívicas e práticas disciplinares no estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. Puc Rio, 2009.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira – A Organização Escolar**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, H. **A grande marcha – A coluna Prestes 2005 (Série – O ciclo de Vargas)**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

SILVA,P.S.**A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937:um retrato com luz e sombra.**1°ed.São Paulo:Editora Unesp,2008.

VILLA, M. A. **A História das Constituições Brasileiras.** 1ª ed. São Paulo: Editora Leya, 2011.

WILLIAMS,D. (1999), Gustavo Capanema, ministro da Cultura. In: GOMES, A.D.C. (Org.) **Capenema: O ministro e o seu mistério.**1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

---

**Orientador**

---